

CORREIO PAULISTANO

POR
RAFAEL CHINAGLIA

Guilherme Oliveira / REDE CÂMARA SP



Debate foi pedido pelo vereador Alessandro Guedes (PT)

Moradores pedem explicações sobre valor indevido de IPTU

Moradores da zona leste da capital paulista participaram de uma Audiência Pública, na noite desta terça-feira (26), para reivindicar melhorias para a região. A população relatou cobranças indevidas de IPTU desde 2019, problemas recorrentes com enchentes e dificuldade para conseguir o documento de regularização habitacional. O debate foi solicitado pelo vereador Alessandro Guedes (PT). No requerimento protocolado pelo parlamentar, ele cobra esclarecimentos à Prefeitura de São Paulo e à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) sobre as questões apresentadas por quem vive nos bairros da ZL. Presidente da comissão, o vereador João Ananias (PT) também cobrou providências.

Lentidão na análise de documentos

Os moradores que participaram da audiência contaram que há pelo menos sete anos recebem cobranças irregulares de IPTU. Eles querem que a Prefeitura faça a revisão cadastral para corrigir os valores. Os problemas frequentes com enchentes e alagamentos na região também foram tratados durante o debate. A população alertou, também, para as inconsistências e a lentidão na análise de documentos para regularizar a habitação.

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Comissão do Idoso e de Assistência Social da Câmara

Comissão do Idoso convida secretários

A Comissão Extraordinária do Idoso e de Assistência Social aprovou três requerimentos, em reunião realizada terça-feira (26). Em um dos documentos, o presidente da comissão, vereador Senival Moura (PT), convida a secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Eliana Gomes, para apresentar dados e informações sobre a situação do atendimento de pessoas idosas para entrevista e inserção no CadÚnico. A plataforma do governo federal mapeia famílias de baixa renda e funciona como a principal entrada para programas sociais.

17,7% da população paulistana

De acordo com o texto do requerimento, São Paulo já possui mais de 2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa 17,7% da população paulistana, já superando o percentual de crianças, e ocupando hoje a segunda posição atrás apenas da população adulta, o que indica uma importante transformação no perfil demográfico da cidade de São Paulo.

Terceiro setor I

A Câmara de SP recebeu um evento de capacitação voltado a representantes de entidades do terceiro setor, com foco no fortalecimento institucional e na qualificação da atuação dessas organizações. A programação abordou temas relacionados à gestão, sustentabilidade das iniciativas e prestação de contas.

Terceiro setor II

A atividade reuniu integrantes de organizações da sociedade civil e especialistas para discutir desafios enfrentados pelo setor e compartilhar práticas de administração e relacionamento com o poder público. Entre os temas debatidos estiveram mecanismos de parceria, organização interna e aprimoramento.

Mini Cidade I

A Câmara de SP terá uma atividade especial no próximo domingo (31) dentro do projeto Câmara Aberta. A Casa recebe, das 9h às 16h, a Mini Cidade, iniciativa educativa da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) voltada à conscientização sobre segurança no trânsito. A atividade será no térreo do Legislativo.

Mini Cidade II

A entrada é gratuita e aberta a toda a população, mas voltada especialmente ao público infantil. A ação marca o encerramento do Maio Amarelo, movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, e reforça o compromisso da Câmara com iniciativas de educação, cidadania e mobilidade segura.

Dia da África I

A Câmara de SP recebeu um seminário para celebrar o Dia da África, comemorado em 25/05. A programação valorizou a importância histórica e cultural da África e da diáspora africana. O evento promove debate sobre direitos, políticas públicas e o enfrentamento às violências direcionadas a imigrantes e refugiados.

Dia da África II

A atividade foi organizada pela União Africana Alkeebulan, com apoio da vereadora Luana Alves (PSOL) e da Campanha pelo Fim da Operação Delegada – mobilização social e política lançada em junho de 2025 por mais de 60 organizações de direitos humanos e movimentos populares, em resposta à violência policial.



Esquina das Avenidas São João e Ipiranga, no centro de SP

Justiça barra projeto da Times Square de São Paulo

Decisão suspende instalação de painéis de LED no centro

Da Redação

A Justiça de São Paulo suspendeu o projeto conhecido como “Times Square paulistana”, que previa a instalação de grandes painéis de LED no cruzamento das avenidas Ipiranga e São João, na região central da capital. A decisão liminar foi publicada nesta terça-feira (27) e impede o início de obras, instalações e demais intervenções ligadas à proposta até nova análise judicial.

O projeto, chamado oficialmente de Boulevard São João, foi apresentado pelo governo estadual e pela Prefeitura de São Paulo como parte de um plano de revitalização do centro da cidade. A iniciativa previa a instalação de telões digitais em edifícios históricos da região, além da realização de eventos culturais e ações urbanísticas inspiradas na Times Square, em Nova York.

Na decisão, a magistrada responsável pelo caso considerou o porte da intervenção e os possíveis impactos urbanísticos e sociais provocados pela instalação dos equipamentos luminosos. A liminar também determina que a prefeitura e os responsáveis pelo projeto apresentem documentos relacionados à aprovação da proposta, incluindo estudos técnicos, atas de reuniões, pareceres urbanísticos e registros da consulta pública realizada.

A proposta havia sido aprovada por órgãos municipais responsáveis pela preservação urbana e do patrimônio histórico. O modelo previa quatro grandes painéis de LED em

imóveis localizados no entorno da esquina entre as avenidas Ipiranga e São João. Parte do conteúdo exibido nos telões deveria ser voltada a programação cultural e informativa, conforme regras definidas durante o processo de autorização do projeto.

Segundo o plano apresentado pelo poder público, a iniciativa também previa contrapartidas urbanísticas e culturais, como restauração de patrimônios históricos, melhorias paisagísticas e instalação de mobiliário urbano. A Prefeitura defendia que o projeto poderia estimular atividades econômicas, turismo e ocupação cultural da região central.

A criação do Boulevard São João gerou debates desde o anúncio oficial. Entidades, urbanistas e moradores da região levantaram questionamentos sobre possível aumento da poluição visual, impactos sobre imóveis históricos e compatibilidade da proposta com a Lei Cidade Limpa, em vigor na capital desde 2007. A legislação restringe publicidade visual em vias públicas e é considerada uma das principais políticas urbanísticas da cidade de São Paulo nas últimas décadas.

Com a decisão judicial, o cronograma previsto para implantação do Boulevard São João fica interrompido temporariamente. Ainda cabe recurso por parte da prefeitura e dos demais envolvidos no projeto.